

A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Franciele Veroneze dos Santos

Marco André Serighelli

Resumo

Este projeto tem como objetivo compreender de que maneira a valorização da diversidade social no contexto da educação básica pode contribuir para a construção de relações sociais mais solidárias. Ao abordar a diversidade na escola, promove-se o combate à discriminação e ao preconceito, favorecendo a formação de cidadãos críticos e conscientes, preparados para atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização da diversidade social é particularmente importante para estudantes da educação infantil e dos anos iniciais, pois é nesse momento que as crianças começam a formar sua compreensão sobre o mundo e as relações interpessoais. A interdisciplinaridade se apresenta como uma ferramenta valiosa nesse processo, integrando diversas áreas do conhecimento para tratar o tema da diversidade de forma mais ampla e significativa. Os recursos metodológicos utilizados incluem leitura de livros infantis, contação de histórias, rodas de conversa, roleta literária, músicas e textos relacionados ao tema escolhido, proporcionando um ambiente de aprendizagem dinâmico e reflexivo, que favorece o desenvolvimento de atitudes de respeito e solidariedade entre os alunos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Diversidade. Educação Infantil e Anos Iniciais.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a diversidade como condição do diferente, respeitando características, opiniões, comportamentos, crenças e valores

variados. Na observação da diversidade nas escolas, constatou-se que professores da educação infantil e das séries iniciais enfrentam desafios para promover um ambiente inclusivo. Ficou evidente que a diversidade se manifesta tanto nas interações entre os estudantes quanto nas práticas pedagógicas. Ressalta-se que a diversidade deve ser valorizada e integrada ativamente no ambiente escolar.

Valorizar a diversidade social na educação básica é essencial para construir uma sociedade mais justa. Em um mundo globalizado, as escolas precisam refletir essa diversidade e promover respeito, empatia e compreensão das diferenças culturais, étnicas, religiosas e de gênero. Essa valorização enriquece o ensino, respeita a individualidade dos alunos e forma cidadãos críticos.

O projeto propõe transformar a escola em um espaço acolhedor, onde todas as formas de diversidade sejam respeitadas, contribuindo para uma sociedade mais solidária. Visa modificar práticas educacionais para criar ambientes inclusivos, em conformidade com a LDB/9394/96, que destaca o desenvolvimento integral do aluno e a formação de valores éticos.

A intervenção pedagógica ocorrerá no segundo semestre deste ano no CEMEI Irmã Bonavita, em Videira, com crianças de 4 a 5 anos, e no primeiro semestre de 2025 na Escola Josefina Caldeira de Andrade, com alunos de 7 a 8 anos. Essas ações buscam enriquecer as relações interpessoais e fortalecer um ambiente inclusivo. Para isso, os educadores precisam dialogar e aprender sobre as diferentes realidades de seus alunos.

O problema do estudo está no reconhecimento da diversidade social na educação básica e sua contribuição para relações mais solidárias. O objetivo é compreender como a valorização da diversidade pode combater preconceitos e formar cidadãos críticos. Pretende-se investigar como o ensino pode incluir diferentes perfis de crianças, usar expressões artísticas para valorizar a diversidade e criar um ambiente escolar acolhedor.

As expressões artísticas, como instrumentos de representatividade, permitem que diferentes identidades compartilhem experiências, promovendo inclusão e fortalecendo a comunidade escolar. As intervenções

pedagógicas, ao se adaptarem à diversidade, enriquecem o processo educacional e promovem o desenvolvimento de alunos e professores.

2 DESENVOLVIMENTO

A escola desempenha um papel fundamental na educação inclusiva, é um ambiente privilegiado para a formação da identidade individual, por meio da interação e do ambiente estimulante que deve ser criado para o desenvolvimento adequado de cada indivíduo. A identidade é moldada pelas relações estabelecidas com os outros ao nosso redor. A escola é um espaço onde as interações sociais e as experiências compartilhadas contribuem significativamente para a construção da identidade individual. (Freire, 2002).

O autor ainda destaca que a identidade é moldada pelas relações estabelecidas com os outros ao nosso redor. A escola é um espaço onde as interações sociais e as experiências compartilhadas contribuem significativamente para a construção da identidade individual.

Paulo Freire (2002) enfatiza a importância do engajamento e da identificação pessoal com as questões de exclusão e inclusão. Ele defende que não basta apenas reconhecer as relações de exclusão e inclusão, mas é fundamental que cada indivíduo se identifique como participante ativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Freire destaca a responsabilidade de cada um na construção da história e do futuro, ressaltando que, ao herdar experiências, criar, recriar, se adaptar ao contexto e responder aos desafios, o ser humano se lança em um domínio exclusivo, que é o da História e da Cultura.

“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.” (Santos, 2006, p. 316). A educação, como um dos principais pilares da formação das futuras gerações, desempenha um papel crucial nesse processo de transformação. Essa mudança de paradigma na educação não se limita apenas às salas de aula, mas estende-se a todos os aspectos da vida

social (Mello, 1986). É através desse novo olhar educativo que podemos promover a inclusão e a celebração das diferenças.

Ao valorizar a inclusão, estamos construindo uma sociedade que respeita as diversidades, criando assim um ambiente mais acolhedor e igualitário para todos (Marshall, 1967). Nesse contexto, um ambiente estimulante e positivo é essencial. De acordo com Smole (1999), um ambiente assim é aquele em que a autonomia é incentivada e os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados para gerar novos conhecimentos, novas questões e novas investigações. Esse processo contínuo de refinamento das ideias discutidas é fundamental para o desenvolvimento educacional inclusivo.

No entanto, quando discutimos inclusão/exclusão, frequentemente prevalece a ideia de que se trata de uma propriedade ou carência do indivíduo, relacionada à posse ou não de certos atributos necessários para a escolarização, a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho. Os documentos oficiais muitas vezes traduzem as relações entre inclusão e exclusão em termos de irresponsabilidade/responsabilidade individual, em vez de considerar como um processo cultural, social e relacional (Skliar, 2001, p. 14).

Essa visão é complementada pelo conceito de "normal", que só oferece uma referência útil quando uma norma é instituída ou escolhida como expressão de uma preferência. "Isso atua como um instrumento para substituir um estado insatisfatório por um satisfatório" (Canguilhem, 2000, p. 212). A compreensão desse conceito é crucial para avançarmos na construção de uma educação inclusiva.

O processo de construção de uma educação inclusiva foi marcado por mudanças nas relações com pessoas que têm necessidades educacionais especiais. No entanto, ainda hoje, grande parte da sociedade demonstra dificuldades em lidar com as diferenças (Figueira, 2017). Superar essas dificuldades é essencial para uma verdadeira inclusão.

Por fim, é necessário tirar a diversidade do papel e incluí-la no cotidiano das instituições de ensino. “Isso é especialmente importante na Educação Infantil, que é um ambiente adequado para a formação dos valores humanos das crianças pequenas” (Barbosa, 2009, p. 9). Implementar práticas inclusivas desde cedo é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.2.2. A importância das expressões artísticas na celebração da diversidade

Em uma perspectiva legal, o ensino de música nas escolas brasileiras está presente a partir de 1854, definido pelo Decreto 1.331 (Brasil, 1854). Entre os anos de 1930 e 1940 a música enquanto expressão artística esteve presente na escola em uma perspectiva curricular por meio do projeto nacionalista denominado Canto Orfeônico (Gonçalves, 2017), do governo Getúlio Vargas (1882-1954), sob a direção do músico e compositor Villa-Lobos (1887-1959).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Artigo 29, a Educação Infantil tem como intuito o desenvolvimento integral de seus alunos, considerando suas questões físicas, sociais, intelectuais e psicológicas. De acordo com Penna (2012, p. 125), “[...] a polivalência marca a implantação da Educação Artística, contribuindo para a diluição dos conteúdos específicos de cada linguagem, na medida em que prevê um trabalho com as diversas linguagens artísticas, a cargo de um único professor”.

Todavia, a falta de aprofundamento do estudo sobre a área musical e a utilização de práticas docentes antigas, tornaram a metodologia de muitos professores mecanizadas por meio da repetição constante de gestos e movimentos no acompanhamento das canções, tornando-as clichês (Brito, 2003).

Freitas (2024) destaca que os festivais, exposições, projetos sociais e escolas de arte são apenas alguns exemplos dessas iniciativas. Essas ações são fundamentais para garantir que todas as culturas sejam representadas e valorizadas. Elas proporcionam espaços de encontro e de troca entre

diferentes povos, promovendo o respeito, a inclusão e a valorização da diversidade cultural.

O autor ainda aponta que a arte é uma poderosa ferramenta para valorizar a diversidade cultural. Ela nos permite descobrir as raízes culturais de diferentes povos, promover o respeito e a inclusão, preservar as tradições culturais, unir pessoas de diferentes culturas, impactar positivamente a sociedade e promover iniciativas que enaltecem a diversidade cultural. Vamos celebrar essa riqueza e aproveitar tudo o que a arte tem a nos oferecer (Freitas, 2024).

Conforme Courtney (1980, p. 18) "a primeira educação da criança deveria ser quase que inteiramente através do jogo. Os simples atos de correr, saltar e brincar têm valor. Não haveria repressão e os instintos deveriam ser encorajados". Banha-se na imaginação para avançar no que produz, e a imaginação se faz presente em todas as atividades criadoras, não apenas nas artísticas, mas também nas científicas e tecnológicas e como "fantasia cristalizada "nas atividades da vida cotidiana (Vygotsky, 1982). Nenhum pensamento racional é possível sem a colaboração da imaginação, e esta, por sua vez, não prescinde de um pensamento realista. Ainda que não se confundam, "os dois agem como uma unidade", diz Vygotsky (1982, p.18)

Arte e literatura imaginativa oferecem uma epistemologia alternativa, uma forma de conhecer que transcende as formas declarativas de conhecimento. "Os textos literários, de drama, de música e de pintura fortalecem o poder dos indivíduos para ver e ouvir além do nível superficial da vista e do som" (Kincheloe, 1997, p. 72). Dessa forma, essas expressões artísticas ampliam nossa percepção e entendimento do mundo ao nosso redor.

A diretriz supracitada aponta que os campos de experiências, nos quais a dança está inserida, constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (Brasil, 2013). Esse arranjo curricular reforça a importância de integrar a arte e a cultura na educação infantil, proporcionando um aprendizado mais significativo e contextualizado.

Segundo Figueiredo (1997), na dança o que interessa não são as formas que o corpo tem capacidade de fazer determinado movimento, mas as formas que residem em cada sujeito. Afinal, se dançar é algo que resgata os movimentos de maneira mais natural, interferindo na postura e dando agilidade ou noção de espaço, é porque a dança permite incorporar cada coisa no seu próprio lugar. Esse lugar, que é a nossa casa, representa uma intimidade que ressurge a cada experiência. A dança, assim, se torna uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento pessoal e emocional, conectando o indivíduo consigo mesmo e com o seu entorno.

2.2.3. O papel da valorização da diversidade na humanização da sociedade

Os avanços na promoção da educação inclusiva são notáveis, principalmente no que diz respeito à implementação de políticas e práticas que visam eliminar barreiras à participação de todos os alunos. A adaptação de currículos, o treinamento de professores em estratégias inclusivas e a criação de ambientes escolares acolhedores são passos essenciais nesse sentido. Essas iniciativas ajudam a criar um ambiente educacional onde cada aluno pode se sentir valorizado e capaz de contribuir plenamente (Costa Neto, 2010).

No entanto, os desafios persistem. A resistência à mudança, muitas vezes enraizada em práticas educacionais tradicionais, é um obstáculo significativo que precisa ser superado. Além disso, a falta de recursos adequados pode dificultar a implementação efetiva de estratégias inclusivas. Além disso, estereótipos negativos em relação a pessoas com deficiência ou outras diferenças ainda persistem na sociedade, o que pode dificultar a plena inclusão (Coelho, 2019).

A importância da educação para a diversidade vai além das salas de aula. Pois ela é a base para o desenvolvimento de habilidades e oportunidades, e garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma

educação de qualidade é essencial para reduzir as desigualdades e promover a justiça social (Bucci,2006).

Essa perspectiva educacional representa um avanço positivo em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade é celebrada e todos têm a oportunidade de participar plenamente na vida social e econômica. Superar os desafios que ainda existem requer um compromisso contínuo com a eliminação de barreiras educacionais em todos os níveis da sociedade (Almeida, 2021).

De acordo com Feldmann (2009), os professores, por sua vez, são cada vez mais desafiados no desenvolvimento de suas práticas educativas, em virtude de questões das mais diversas naturezas: ética, afetiva, política, social, ideológica e cultural, entre outras “O diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou” (Gusmão, 2000, p. 12). Os alunos têm diferentes origens e histórias de vida, portanto, não podemos denegar essas diferenças que os tornam seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, cidadãos de direitos.

O saber que se ensina é, então, redutor de culturas que informam as realidades vividas dos sujeitos e desloca suas vidas das problemáticas imediatas que as envolve, acreditando que o aluno é uma tábula rasa sobre a qual deve-se inscrever o conhecimento tido como real e legítimo. “Assim, a escola representa um saber positivista perante um saber cultural” (Iturra, 1990, p.55).

Muito se fala sobre as características do povo brasileiro. Percebe-se que a sua população é formada por pessoas das mais diversas proveniências e cor de pele como branca, a negra e a amarela, resultado das diferentes etnias que habitam o território. Essa ideia é apresentada por Maia, Caldeira e Tosta (2008), ao se referir que diversidade cultural, tem sido apontada como elemento caracterizador de nossa identidade. Conclui que “[...] diversidade é a manifestação dessa variedade humana” (p.15) e complementa que “[...] não existe diversidade sem diferença” (p. 16), daí a sua importância e significado. “[...] diferença é o que somos, isto é, seres exteriormente e

simbolicamente diversos”. (p. 15). Como podemos constatar, falar de diversidade nos encaminha inevitavelmente aos outros conceitos como cultura, diferença, etc. Para Fleuri (2006, p. 500), a diversidade cultural

[...] refere-se à cultura como objeto do conhecimento empírico, reconhecendo conteúdos e costumes culturais pré dados. A diversidade representa uma retórica radical da separação de culturas totalizadas, que se fundamentam na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única.

Para Silva (2009, p. 74), “[...] a diferença é aquilo que o outro é: ‘ela é italiana’, ‘ela é branca’, [...], ‘ela é mulher’.” E o autor complementa que “[...] é concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença como a identidade, simplesmente existe”. (p. 74). Atualmente as reflexões sobre as Educação e Diversidade Cultural 17 relações interétnicas assumem uma orientação que dá prioridade ao discurso do outro, ou seja, do diferente, principalmente entre indígenas e afrodescendentes.

A pobreza pode ser caracterizada de maneira sintética como uma situação de fragilidade social e privação material em que o indivíduo se encontra frente às demandas básicas de sobrevivência e cidadania. Essa situação gera no indivíduo uma série de incertezas, que, por sua vez, obedecem a uma escala de necessidades. Assim, combater a pobreza significa enfrentar as principais incertezas que a caracterizam no plano social, entre as quais se encontram: a insuficiência de renda, a precariedade de serviços públicos e a falta de oportunidades de trabalho decente (Silva, 2011 p.15).

As barreiras arquitetônicas são todo tipo de obstáculo que impede as pessoas de desfrutarem e ocuparem o espaço físico. “Elas são as mais fáceis de identificar e estão presentes tanto nas residências e estabelecimentos comerciais quanto no espaço público” (Bogas, p. 2). “Para superar tais

barreiras, a escola deve eliminar todas as barreiras arquitetônicas que de alguma forma impeçam a livre e autônoma circulação dos alunos” (Revista Educação, 2014, p. 2). A barreira comunicacional: dificuldade gerada pela falta de informações a respeito do local, em função dos sistemas de comunicação disponíveis (ou não) em seu entorno, visuais (inclusive em braile), lumínicos e/ou auditivos (Furrer, 2012, p. 2).

A acessibilidade comunicacional está relacionada à “inexistência de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual (acessibilidade digital)” (CRPG, 2012, p. 1). A barreira atitudinal é gerada pelas atitudes e comportamento dos indivíduos, impedindo o acesso de outras pessoas a algum local, quer isso aconteça de modo intencional ou não. “O que se resolve com conscientização e diálogo” (Furrer, 2012, p. 2). A acessibilidade atitudinal está atrelada à inexistência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (enquanto resultado de programas e práticas de sensibilização e de consciencialização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana.) (CRPG, 2012, p. 1).

A deficiência auditiva “é a perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo” (Ampudia, 2011, p. 1) A inclusão do aluno surdo, em muitas escolas, se dá através de um intérprete, que tem por função traduzir, para a língua de sinais, o que professor está falando. Neste sentido, o professor continua explicando o conteúdo para os alunos ouvintes e espera que o intérprete faça o seu trabalho para que os alunos surdos sejam incluídos (Schwartzman, 2017, p. 6).

Para isso, é necessário que as instituições cumpram com o dever de saber lidar com questões que envolvam preconceito racial entre indivíduos e o que se encontra presente em materiais explorados pelo educador. Tudo isso em função de ensinar a equidade de cidadania e respeito mútuo. Ao pensar sobre contextualizar o ensino voltado para as relações étnico-raciais, são fundamentais a valorização e o reconhecimento dos alunos sobre a diversidade e história cultural brasileira. O objetivo é induzir na conscientização

dos alunos os direitos iguais e a importância dos grupos éticos para a cultura brasileira (Azevedo, 2011; Brasil, 2009).

2.2.4. A interdisciplinaridade como ferramenta na prática da valorização da diversidade

Pensando no conceito de interdisciplinaridade, podemos enfatizar que se trata não apenas de uma confluência de disciplinas em um conjunto disforme e sem relação com a realidade dos discentes e suas demandas e necessidades sociais para compreensão do mundo e realidade em seu entorno. Não basta apenas citar ou trazer exemplos de outras áreas para a área em que se exerce, mas sim trabalhar de forma conectada com as demais disciplinas escolares, problematizando a questão de que o conhecimento nem sempre foi compartimentado e profundamente específico e especializado.

O ensino interdisciplinar aliado apenas a finalidades sociais não é suficiente para promover essa forma de ensino. É necessário, então, expor de maneira mais assertiva a importância da adoção do ensino interdisciplinar na construção do conhecimento durante o processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista as dificuldades apresentadas para a implantação de um ensino cada vez mais interdisciplinar, diversos autores discorrem acerca do tema e apresentam a importância desse ensino e formas de superar os obstáculos na implantação desse método de ensino. Dentre eles, destacamos Severino (1997), que toma uma posição que se distancia do nível epistemológico e se aproxima do nível prático. Ele propõe a interdisciplinaridade em um projeto político-pedagógico nascido de uma prática que demanda diretrizes políticas articuladas e esbarra em um grande obstáculo, já que tradicionalmente a formação profissional é disciplinar.

O trabalho interdisciplinar garante maior interação entre os alunos, alunos e professores, ocorrendo maior experiência e convívio social. Partindo deste princípio é importante ainda, repensar essa metodologia como uma forma de promover a união escolar em torno do objetivo comum de

formação de indivíduos sociais. Esse fazer pedagógico não se trata de uma prática — que junta disciplinas — que não fragmenta as disciplinas no contexto escolar, mas que “Amplia o trabalho disciplinar na medida em que promove a aproximação e a articulação das atividades docentes numa ação coordenada e orientada para objetivos bem definidos” (Carlos, 2006, p. 7).

A interdisciplinaridade implica, portanto, um trabalho continuado de cooperação dos professores envolvidos numa reorganização do processo de ensino-aprendizagem. E o aluno percebe que é apenas uma forma facilitada de se estudar a parte de um todo, onde cada conteúdo dessas pequenas parcelas compõe uma totalidade. Para Pombo (1993a, p.13), interdisciplinaridade seria: “[...] qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e, certamente, tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum”.

A pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém, é necessário criar-se uma situação problema no sentido de Freire (1981), onde a ideia de projeto nasce da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada.

3 CONCLUSÃO

Por se tratar de um projeto de intervenção, este texto apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados na prática pedagógica. A metodologia utilizada propõe uma ação educativa para garantir que os alunos compreendam a diversidade. Segundo Novoa (1997), a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua. O papel do professor é essencial, especialmente no início da Educação Básica, quando as crianças vivenciam o processo de socialização e constroem amizades.

Nessa etapa, é crucial que as crianças compartilhem vivências e aprendam a valorizar a diversidade. O professor atua como guia nessas trocas, promovendo inclusão e respeito às diferenças culturais. Compartilhar histórias e saberes enriquece as aulas, permitindo que os alunos conheçam novas perspectivas e desenvolvam consciência crítica e abertura à diversidade.

A intervenção pedagógica contará com atividades como leitura de livros infantis, contação de histórias, rodas de conversa, roleta literária, músicas e textos relacionados ao tema. As rodas de conversa fomentam habilidades de comunicação e escuta ativa, enquanto outras práticas ampliam o impacto das experiências no ambiente escolar.

As ações planejadas incluem contação de histórias, promovendo reflexão e formação crítica, e a criação de materiais pelos estudantes, como cartazes e livretos, que envolvam as famílias e valorizem as diferenças. A roleta literária será confeccionada com materiais simples, incentivando a leitura e a participação familiar. Cada aluno escolherá um livro para leitura em casa, compartilhando as histórias posteriormente na escola.

Outras atividades incluem:

- Confecção de palitoches: Desenvolve criatividade e socialização, com dramatizações baseadas em releituras das histórias.
- Elaboração de cartazes: Representação visual do aprendizado por meio de desenhos, colagens ou pinturas.
- Leitura de imagens: Favorece reflexões e amplia habilidades expressivas e cognitivas das crianças.
- Jogos didáticos: Estimulam a lógica, a criatividade, a autonomia e a compreensão de regras sociais, promovendo o respeito mútuo.
- Vídeos e filmes: Facilitam a aprendizagem de forma lúdica e engajante.

Essas ações buscam criar um ambiente inclusivo, favorecendo a construção de valores e o desenvolvimento integral dos alunos, alinhado ao objetivo de formar cidadãos respeitosos e conscientes da importância da diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>

. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. (2017). Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>

. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)

, Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 jul. 2024

COUTINHO, Karine Dias; ALVES, Jefferson Fernandes. As Artes na Base Nacional Comum Curricular. Textura – Revista de Educação e Letras – ULBRA. v. 22 n. 50 p.241264 abr. jun. 2024

CUTRIM, Ana Paula Mendes; LIMA, Christiane Valêska Araújo Costa. A inclusão escolar do deficiente auditivo no ensino regular: desafios e conquistas. VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. 22 a 25 de agosto de 2017. Disponível em: [Revista Educação Pública - Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade \(cecierj.edu.br\)](http://www.cecierj.edu.br)

GISELE Bizerra da Cunha. Dança e inclusão na educação básica vertentes na teoria das Inteligências múltiplas. Instituto Pestalozzi/CAEE Florescer, Goiânia, Goiás, Brasil, Ano 2023-12-05 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/77905>. Acesso em: 10 jun. 2024

Interdisciplinaridade, São Paulo, v.1, n.6, - abr. 2015 acesso em 22 julho 2024 Disponível em : <http://www4.pucsp.br/gepi>

MARCUS, Vinícius Alves Galvão. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil, Ano 17 jun. 2011 Disponível em: <https://www.scielo.br>

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Diversidade Cultural: A Importância das Diversas Culturas no Ensino-Aprendizagem, no Desenvolvimento da Cidadania e na Preservação de Valores Éticos e Morais. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Vol. 01. pp 376-403, abril de 2017. ISSN:2448-0959

OLIVEIRA, M. A. M.; SOUZA, S. F. Políticas para a inclusão. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 245-261, out./dez. 2011. Editora UFPR.

PAZ, Luan Ferreira da Silva; GOMES, Ewerton Rafael Raimundo; SILVA, Bruno Emanuel Herculano da; LIMA, Juliana Fontes de; DIAS, Andrei Mazzola de Jesus; MAGALHÃES, Mylena Santos de; REGO, Lucas Barroso; SILVA, Lucas Luis da. Interdisciplinaridade e escolarização: o lugar da História na Educação Contemporânea. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 5, 20 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/5/interdisciplinaridade-e-escolarizacao-olugar-da-historia-na-educacao-contemporanea>

RODRIGUES, Gilson Santos; BORTOLETO, Marco Antônio Coelho; LOPES, Daniel de Carvalho. Circo na escola: educação e arte na Educação Básica. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 539-556, jul./dez. 2011. ISSN 0102-680

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Movimento negro, raça e política educacional. Texto apresentado na 28ª Reunião Anual da ANPED, realizada no período de 16 a 19 de outubro de 2005 em Caxambu/MG. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/gf21.htm>. Acesso em: 5 jun. 2024

RODRIGUES, Leandro. O que é Educação Inclusiva? Um passo a passo para a inclusão escolar. Postado em: 15 de agosto de 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-quee-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>. Acesso em; 10 jul.2024

SILVA, Vanessa Caroline; MOREIRA, Laura. Ceretta. O estudante com transtorno do espectro autista nas universidades brasileiras. Revista Educação Especial, v. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655/46805>. Acesso em 22 jun. 2024

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? Revista Estudos de Psicologia I, Campinas, n. 23, v.1, p. 29-37, jan.-mar.2006. Disponível em <www.scielo.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Sobre o(s) autor(es)

Franciele Veroneze dos Santos. Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

email: franveroneze3@gmail.com

Marco André Serighelli. Doutor em Educação, professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

email: marco.serighelli@unoesc.edu.br